

ABSTRACT

A GÊNESE DA REPÚBLICA NO BRASIL

Raul de Andrada e Silva (*)

(*) Do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e Membro da Academia Paulista de História.

ABSTRACT

This is an interpretative essay on the historical conditions prevailing at the end of Monarchy and beginning of Republic in Brazil.

The Monarchy was abolished without any resistance or popular uprisings. To the Author, this resulted from the renewal of the socio-economic context due to the introduction of new manners and techniques of production, to the remodelling of transports and means of communication, to the enlargement of foreign trade and of the inland market, and to the extraordinary coffee boom. At the same time, the social structure was changing, particularly due to the growing importance of the middle classes whose interests, mentality, customs and behaviour tended to avert them from the Imperial rule. The Republic arose as a regime more suitable for the changing society.

The three crises resulting from the abolition of slavery, from the conflicts between the imperial State and the Church, and from the dissensions between Government and military officers have been traditionally interpreted as the causes of the downfall of Monarchy; more than that, they constitute ruptures with the past, with the monarchical system. But the agitation created by these crises and especially by the political crisis of 1868, gave rise to conditions propitious to the Republican propaganda.

A little afterwards the Republican Party was formed by the group of radicals from the Liberal Party disillusioned with the monarchical rule. In 1870, the newspaper "A República" published the Manifest of the new party and its propaganda grew steadily till the three mentioned crises deprived the Monarchy of its sustaining forces: the agrarian aristocracy, the Army and the Church.

The alteration of the political system did not greatly affect the socio-economic structure, but only promoted and accelerated the changes that had been slowly transforming it.

A GÊNESE DA REPÚBLICA NO BRASIL

Raul de Andrada e Silva

Numa página antológica, o privilegiado talento do grande escritor que foi Raul Pompéia, recorda os derradeiros instantes da família imperial em terra brasileira e o melancólico episódio do seu embarque para o exílio, na madrugada de 17 de novembro de 1889. Do posto de observação em que se ocultara, no Largo do Paço, deserto de povo, quase sem luzes e fortemente policiado, “com a dificuldade ainda mais da noite escura”, diz a narrativa, não pôde essa testemunha distinguir claramente a cena do embarque, que foi rápida, mas viu o suficiente para que desse o seu significativo depoimento. Rompendo as trevas que cobriam a baía, acostou-se ao molhe do cais Pharoux uma lancha em direção da qual, pelas três horas da madrugada, deslocou-se, depois de abandonar o paço, o reduzido séquito dos exilados, seguindo a carruagem imperial, tirada por dois cavalos a passo lento. Embarcado o imperador com sua família, moveu-se a pequena embarcação mar adentro, como que levando, confundida com o vulto do velho soberano, a própria instituição monárquica, ambos engolfados na escuridão da noite.

No transcurso da Monarquia, o que mais nos impressiona é justamente esse remate. Relevante fora o papel desempenhado pelo regime imperial. Com efeito, os sucessivos governos, com a colaboração vigilante do Imperador, venceram delicadas crises, estaladas sempre através de motins militares e rebeliões provinciais, de 1824 a 1848; seguiram-se quatro decênios de estabilidade política e de tranqüilidade interna; fomentou-se, na medida das condições da época, o progresso material e a prosperidade econômica; elevou-se a cultura nacional, no domínio das letras, da música e das artes plásticas; projetou-se o Brasil exteriormente, no concerto das nações americanas e européias; e Pedro II encaneceu, cercado do respeito geral, malgrado as oposições partidárias. No entanto, caiu a Monarquia sem resistências, sem que a sua queda provocasse comoções populares. O Império desabou como um casarão antigo, ao simples passar do vento.

Nada de surpreendente no episódio. O que a rigor se observa, nesse processo de liquidação, é a capacidade de renovação do Brasil que, na segunda metade do século XIX, vinha progressivamente cortando as amarras que ainda o prendiam ao passado colonial, a despeito da Independência.

Mudança paulatina, mas inexorável, ocorria nos quadros sociais, sob o influxo da modernização do sistema econômico, mudança que provinha do aparecimento de novas modalidades e técnicas da produção: a introdução, ainda tímida, mas promissora, dos primeiros mecanismos nos engenhos de açúcar e nas indústrias incipientes; a construção das primeiras ferrovias, a instalação do telégrafo, o crescimento da navegação a vapor, no setor dos transportes e comunicações; a ampliação do comércio exterior, ao lado do alargamento do mercado interno, tudo sob o vigoroso impulso, comunicado a esses empreendimentos, pelo extraordinário surto do café que, por 1870, já ascendera a quase 50% do valor das exportações brasileiras e ensejava a disponibilidade de capitais indispensáveis à remodelação das estruturas econômicas.

Ao mesmo tempo, ia-se alterando a estrutura da sociedade. Sem possibilidades de acesso à propriedade da terra, os indivíduos de situação social média⁽¹⁾ voltaram-se para as ocupações que a renovação econômica lhes propiciava: as profissões liberais e o comércio, além das oportunidades de ingresso nas forças armadas, no clero, no funcionalismo público e até no Parlamento imperial e nas Assembleias Legislativas provinciais. Tais aberturas alargavam a área de expansão das camadas sociais médias, cujos interesses, hábitos, mentalidade e comportamento, tendiam cada vez mais a apartá-las do regime monárquico. Por outro lado, a nova categoria dirigente de proprietários rurais, a dos fazendeiros do café, que se foi definindo coincidentemente com a marcha para o Oeste paulista, entendia que o governo devia operar como instrumento da atividade econômica (Furtado, 1959: 140). E não tardaram muitos deles a ver no regime republicano, com a descentralização e a autonomia estadual, um sistema político-administrativo mais apropriado à solução dos problemas regionais e aos interesses dessa categoria dirigente. Em suma, segundo nos parece, essa mudança das condições sócio-econômicas teria de acomodar-se a formas político-institucionais devidamente modificadas. E o resultado desse processo evolutivo consistiu no advento da República, como regime adequado à sociedade em transformação.

(1) Não se distingue claramente, por 1870, e não se distinguirá por todo século XIX, semelhante categoria social. Há, isto sim, uma setorização entre os diferentes agrupamentos que se foram constituindo, nas zonas intermédias do todo social, ao longo do processo de transformação por que ia passando a sociedade imperial, durante a segunda metade do século passado. Veja-se a propósito o excelente estudo da Profa. Villela Luz (1964: 13-14).

Todavia, na interpretação tradicional, explica-se a queda da Monarquia como resultante de três causas essenciais, três questões usualmente chamadas *questão servil*, *questão religiosa* e *questão militar*. Muito mais do que isso, porém, dentro das transformações estruturais da sociedade e da economia, acima referidas, as três questões representam rupturas com o passado, portanto, com a Monarquia.

Analisemo-las resumidamente. A abolição da escravatura significa, antes de tudo, a desarticulação do sistema agrário, de raízes coloniais, que repousava na grande propriedade territorial, lavrada pela mão-de-obra servil e destinada à produção de mercadorias exportáveis. Terra e escravo, dois elementos indissociáveis, na maneira de ver dos grandes proprietários. Nessas condições, veio a abolição alienar da Monarquia o apoio da aristocracia rural, que até então havia sido um dos esteios do regime. E, por outro lado, atendia aos objetivos da vibrante e sonora campanha abolicionista.

O conflito dos bispos de Olinda, D. Vital Maria de Oliveira, e do Pará, D. Antonio de Macedo Costa, com a maçonaria, na qual se haviam introduzido sacerdotes católicos, contrariamente à ortodoxia da Igreja, provocou a intervenção do Estado, que tinha o poder de ingerência nos negócios administrativos da Igreja. Era o regime do Padroado ou do Regalismo, outra herança do passado colonial. Radical foi a interferência do governo, então chefiado pelo Visconde do Rio Branco e culminou com a prisão dos dois prelados. Encerrou-se a questão com a anistia concedida aos prisioneiros, quando Caxias substituiu Rio Branco na Presidência do Conselho de Ministros. E as relações com a Santa Sé tinham sido preservadas pela missão diplomática do Barão de Penedo. Mas, essa reação do episcopado brasileiro contra a intervenção do poder civil na esfera eclesiástica, significava o seu repúdio ao Padroado. E a questão religiosa desligou dos destinos do Império essa Igreja, de certo já sob influência do credo republicano no tocante à separação entre a Igreja e o Estado.

Finalmente, detenhamo-nos um momento com a *questão militar*. que se traduziu na conhecida série de desentendimentos entre Comandantes militares e Ministros da Guerra, sendo estes quase sempre desobedecidos, quando não desacatados por aqueles. Tais movimentos de rebeldia culminaram com os protestos contra a ordem de remoção para o Amazonas do 22.º Batalhão de Infantaria, para o qual tinha sido transferido o Tenente Carolino, que merecera severa repreensão do Visconde de Ouro Preto, Presidente do Conselho de Ministros, por não exercer convenientemente sua função de comandante da guarda do Tesouro Nacional. Foi este o ponto de partida da conspiração, encabeçada por líderes militares, como Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant, e civis, como Quintino Bocayuva, Rui

Barbosa, Francisco Glicério e Aristides Lobo, e que levaria à proclamação da República.

Os incidentes da chamada questão militar são as explosões de um novo exército, que voltara da guerra do Paraguai profundamente imbuído do espírito democrático, haurido no contato com as Repúblicas do Rio da Prata. Passara a época do Exército de Caxias e Osório, padrão de fidelidade inabalável às instituições imperiais. Côncios do papel que haviam digna e vitoriosamente representado na campanha da Tríplice Aliança, os militares, animados de vivo espírito de corporação e de sensível brio profissional, experimentavam certa desconfiança e até mesmo desdém, relativamente aos políticos civis, os “casacas”, como então os chamavam os homens de guerra. E essa predisposição psicológica constitui também um dos fatores da questão militar. Os políticos, por sua vez, sobretudo a partir de 1870, tendiam a lisonjear os chefes militares e a procurar integrá-los nos seus partidos, sentindo-se fortalecidos com essas adesões prestigiosas. Daí, a presença do General Osório, depois a do Visconde de Pelotas, no partido liberal. O partido conservador encontrara o seu nune protetor em Caxias. Quanto ao Marechal Deodoro, foi cortejado por este mesmo partido, requisitado pelos liberais, mas as suas escaramuças com o governo acabaram por aproximá-lo dos republicanos na conspiração que derrocou a Monarquia.

Assim, a incompatibilidade crescente entre o governo e o “exército deliberante”, como disse o Barão de Cotegipe, quando Ministro da Guerra, repetindo a expressão do liberal mexicano Lorenzo de Zavala, levou os militares a converterem-se na força executora da implantação do regime republicano. Contudo, o fato não se explica só por esta razão. Componente ponderável dessa atitude foi igualmente a infiltração do ideal republicano nas fileiras do Exército. Não de modo absoluto, pois no seio das forças armadas, continuava a existir o grupo dos “colarinhos de couro” (Viana, 1925: 194), isto é, muitos dos Oficiais participantes da guerra do Paraguai e dominados, senão pelo sentimento de lealdade ao Império, pelo menos de respeito ao venerando Imperador. Deles, porém se distinguiam os “cadetes filósofos”, de modo geral mais jovens, sem aquela tradição guerreira, mas em geral dotados de maior cultura, espíritos nutridos do ideário republicano e da filosofia positivista, pregados na Escola Militar. O seu ídolo era Benjamin Constant, que os encabeçava e sobre eles exercia dominadora influência. Num ponto uniam-se as duas correntes, em torno do Marechal Deodoro: na reação contra a política antimilitarista do Visconde de Ouro Preto, Presidente do último Gabinete ministerial da Monarquia. E do golpe de força contra este governo, derivou a proclamação da República em 15 de novembro de 1889.

A agitação produzida pelas crises da Abolição, da questão religiosa e das manifestações militares, criou o caldo de cultura propício

à fermentação da propaganda republicana, que também se vinha enquadrar nas transformações sócio-econômicas do tempo e se desenrolou ininterruptamente, a partir do célebre Manifesto de 3 de dezembro de 1870.

A raiz mais profunda desse movimento encontra-se na crise política de 1868, decorrente da demissão do Presidente do Gabinete, Zacarias de Góes e Vasconcelos, por ter Pedro II escolhido da lista tríplice de senadores pelo Rio Grande do Norte o conservador Sales Torres Homem. Afastados do poder os liberais, foi mais longe o Imperador, encarregando um chefe do partido oposto, o Visconde de Itaboraí, de organizar novo Gabinete, que não podia conseguir, como não conseguiu, o voto de confiança numa Câmara de maioria liberal. Daí, o recurso à dissolução da Câmara e a realização de eleições, em que venceram os conservadores. Mantiveram-se eles no poder por todo o decênio subsequente, até 1878.

A maneira como se processou, neste episódio, a mudança governamental, se não infringia a letra da Constituição, era pelo menos discutível em termos de política. Procurara sempre o Monarca exercer o poder moderador, em função da alternância dos partidos no governo. Prática justificável dentro do sistema político então em vigor. Mas, desta vez, notemos bem, o Imperador promovera a formação de um Ministério conservador perante uma Câmara de maioria liberal. Contradição inexplicável, na melhor das hipóteses, pois que não se somam quantidades heterogêneas, nem mesmo na aritmética política. E como a maioria de deputados liberais não podia conceder o voto de confiança, que de fato negou ao Gabinete conservador, contra essa medida paradoxal ergueram-se vigorosamente os liberais pela voz dos seus maiores oradores, José Bonifácio o Moço à frente. Foi essa “a memorável sessão parlamentar em que a onipotência da Coroa, por imperscrutável mistério de sua graça, houve por bem, depois de Humaitá, vitimar à reabilitação de Timandro o partido de cujas simpatias populares o dinasta se valera para a campanha do Prata” (Barbosa, 1924: 62), segundo a eloqüente evocação de Rui Barbosa, em seu admirável elogio fúnebre de José Bonifácio o Moço. Começou desde então a manifestar-se a “descrença progressiva nas virtudes do sistema monárquico-parlamentar e uma crescente aspiração por um novo regime”, disse Oliveira Viana (1925: 24). Em suma, propiciava tal conjuntura o surto das idéias democráticas e do ideal republicano.

Tanto mais que a vitória conservadora nas eleições de 1868 não se isentara dos velhos vícios da pressão das autoridades e da derrubada preliminar dos funcionários públicos suspeitos. Com efeito, uma vez instalado no poder, o partido conservador despediu de seus cargos os ocupantes notoriamente ligados aos seus adversários liberais. Muito curiosa é, a propósito, a leitura do noticiário político, durante o mês de agosto de 1868, de “O Ypiranga”, jornal que se

publicava em São Paulo e de que eram redatores dois vibrantes talentos, forjados nos bancos de estudo da Academia de Direito: Salvador de Mendonça e Ferreira de Menezes, ambos liberais. Num de seus números estampava esse periódico, em termos espirituosos, a seguinte notícia: “*Obituário* — Faleceram de cólera-Jordão e foram sepultados nos cemitérios políticos...” e seguia extensa lista de localidades, com os nomes dos respectivos funcionários despachados. No mesmo número do jornal, logo adiante, outra notícia: “*Batizados* — Foram batizados nas águas do Jordão, por S. João Mendes (era o famoso lente da Academia de Direito, João Mendes de Almeida) e depois espalharam-se pelas localidades infra as seguintes *arbitrariedades* (em vez de autoridades)...”, repetindo-se a mesma lista de cidades, com os nomes dos recém-nomeados: delegados, subdelegados e empregados da Fazenda Nacional(2). O nome Jordão, que primeiro vem apenso ao do cólera, a terrível doença epidêmica então ainda presente no mundo ocidental, e que depois evoca o histórico rio da Judéia, em cujas águas foi administrado o batismo aos primeiros cristãos, é o nome do Dr. José Elias Pacheco Jordão, ilustre político da época em exercício na Presidência da Província de São Paulo, para cujo governo Pedro II nomeara o Barão de Itaúna, que em breve assumiria o cargo, para que presidisse à eleição que aqui se realizou a 7 de setembro. O novo Presidente também não foi poupado nas notícias de “O Ypiranga”, uma das quais fechava com esta apóstrofe: “Miserô Sr. Barão de Itaúna!” Quanto a Pacheco Jordão, anunciando o mesmo jornal sua ascensão ao governo, concluía advertindo aos interessados: “Espalham os adeptos de S. Exa. que a derrubada vai começar”(3). O tom geral dessas notas e notícias, que convém pesar cuidadosamente, espelha o estado de espírito e o inconformismo dos liberais e de seus correligionários.

Mas, essas mudanças no quadro do funcionalismo, especialmente da polícia e dos governos regionais, tinha em mira forçar a favor dos conservadores o resultado das eleições de deputados. Era esse um vício corrente na vida política do país e dele não estava isento também o partido liberal. Motivo de séria apreensão do Imperador era a falta de lisura, no processo de escolha dos representantes do povo ao Parlamento. Provam-no suas notas à margem da “Biografia do Conselheiro Furtado”, de Tito Franco. Numa dessas notas afirmava D. Pedro que a principal razão dos que o increpavam de abusar do poder de dissolver a Câmara, residia “no modo porque se fazem as eleições, para o qual tem concorrido os ministros das épocas eleitorais” (Viana, 1925 : 53).

Assim, no clima de exaltação provocado pela crise de 1868, acirrou-se o ânimo dos radicais do partido liberal, como revela o

(2) *O Ypiranga*, ano 2, n.º 11, de 27 de agosto de 1868, pág. 3, 2.ª col.

(3) *O Ypiranga*, ano 2, n.º 4, de 10 de agosto de 1868, pág. 1, 1.ª col.

seu adiantado e vibrante programa de 1869, que advogou abertamente a emancipação dos escravos (Almeida Melo, 1878:43). No ano seguinte, a 3 de dezembro de 1870, logo após a fundação do primeiro Clube Republicano no Rio de Janeiro, estampava-se, no jornal "A República", o Manifesto que dizia, em suas palavras iniciais ser "a voz de um partido a que se alça hoje para falar ao país" (Matos, 1970: 2). Não cabe, no momento, entrar em análise minudente desse texto, como já o fizemos noutra oportunidade em breve estudo. Lembraremos, entretanto, que esse documento denota a extrema acuidade dos seus autores para detectar os primeiros estalidos reveladores das brechas, que já começavam a comprometer a estabilidade do edifício monárquico; e para perceber como era propício o momento à divulgação do seu Manifesto e ao início da propaganda republicana.

Em duas idéias políticas, essencialmente, resume-se o conteúdo do Manifesto: a condenação do Poder Moderador, que gerava todos os males do governo, e a exaltação do princípio federativo, que corrigiria esses males, dentro da armação do Estado republicano. E no desenvolvimento dessas idéias, o texto, cuidadosamente redigido, sublinhara a intenção de não convulsionar a sociedade. Esclarecer o público, debater os problemas, buscar as soluções. Em suma, a "revolução moral", nos termos do próprio Manifesto (Matos, 1970: 2).

Na subsequente exposição de motivos, sustentavam os seus autores que a vida pública do Brasil mergulhara numa estagnação, contra a qual se erguiam protestos de todos os quadrantes do país. Não interessava atribuir a pessoas o aniquilamento dos elementos democráticos do Estado. O mal residia no próprio sistema estatal, que não comportava um autêntico regime de responsabilidade, dada a hipertrofia do Poder Moderador, mola central do mecanismo político numa Constituição que se desdobrava em cadeia de privilégios: privilégio de religião, de raça, de sabedoria, de posição. Tal, em resumo, a fórmula social e política do Brasil (Matos, 1970: 3-5). Este o diagnóstico da crise institucional, segundo os analistas do Manifesto, que não conseguiram escapar a certas imprecisões, cujo exame nos levaria longe demais. Acrescentaremos tão somente que as vagezas desse documento, tão representativo, talvez em parte procedam do fato de ser politicamente um tanto indefinida a fase histórica em que ele apareceu, quando ia tomando corpo a descrença no regime imperial, mas ainda não se firmara, nem se generalizara a confiança nas excelências da República ou de outro tipo de Estado, que pudesse substituir com vantagem a organização constitucional vigente. O que movimentou as duas últimas décadas da Monarquia não foram as motivações políticas, foi a febril agitação da campanha abolicionista, só ela capaz de comover os corações e inflamar as consciências.

De qualquer modo, constituiu o Manifesto a primeira afirmação de um novo partido, que pouco a pouco se consolidaria. E a propaganda por esse partido promovida foi-se avolumando, com segurança e pertinácia, até que o desfecho das crises da abolição, do relacionamento do Estado com o Clero e com os militares, privasse a Monarquia do apoio das forças de sustentação que a haviam mantido: a aristocracia agrária, a Igreja e o Exército (Torres, 1957: 537-539).

Após o seu cauteloso início, prosseguiu a propaganda republicana com mais acentuado vigor em São Paulo, onde veio a dar na Convenção de Itu, aos 18 de abril de 1873. Presidiu-a o ituano João Tibiriçá Piratininga, de nome tão sonoramente paulista, e secretariou-a outro vanguardeiro ilustre do republicanismo, Américo Brasiense. Cumpriu-se o objetivo essencial da Convenção que consistia em preparar a reunião, na Capital da Província, de uma "assembléia de representantes de todos os municípios", diz a ata dos convencionais de Itu. Foi o ponto de partida, o núcleo gerador do primeiro Congresso do Partido Republicano Paulista, realmente realizado a 1.º de julho de 1873. Era ainda a hora das definições prudentes dos republicanos, sobretudo no que tocava à espinhosa questão do abolicionismo, tratada com a mesma cautela do Manifesto de 1870, para não afastar, inoportunamente, a adesão dos donos de escravos. Da contradição entre a posição de republicano e adversário da abolição, manda a justiça isentar os republicanos abolicionistas de São Paulo: Américo Brasiense, Américo de Campos, Francisco Glycério, Campos Salles e outros, além dos do Rio de Janeiro (Santos, 1930: 211-212; Basbaum, 1962: 338-339).

Progrediu a propaganda republicana, na década de 70, também estimulada por poderosas influências exógenas, a saber, o momentoso exemplo da República francesa, pouco depois reproduzido na Espanha, em 1873. Não menos sentidas eram as sugestões da grande federação norte-americana, que empolgava os seus admiradores brasileiros. Para homens como Quintino Bocayuva, os Estados Unidos provavam não somente as virtudes da federação republicana, mas também os benefícios da prosperidade, da tranquilidade e da segurança, que esse regime podia proporcionar, em maior escala que qualquer outro sistema político, no mundo civilizado (Viana, 1925: 95-96). Já em 1885, três republicanos tomavam assento na Câmara dos Deputados, dois deles paulistas: Prudente de Moraes e Campos Salles. Conquistado, como se viu, o apoio da dissidência militar, repelida a eventualidade do 3.º Reinado, que não era grato nem às elites, nem ao sentimento popular, nada mais podia impedir que se instituísse a República, emergida do golpe de Estado de 15 de novembro de 1889.

Todavia a mudança do sistema político-administrativo ocorria numa sociedade desprovida de classe média e de proletariado capa-

zes de ação política própria, na salvaguarda de seus peculiares interesses. Pois o Brasil era uma nação onde a maioria popular não tinha expressão política e estava à margem da vida pública, submetida ao comando da minoria cultivada. Por isso, a República de 89 correspondia ao predomínio da nova classe de proprietários rurais, não muito diversa da antiga aristocracia agrária, no plano dos interesses econômicos: a "República dos fazendeiros", que consagrou o triunfo do individualismo, da livre empresa, da sujeição do trabalho ao capital. Com efeito, o advento da República velha não acarretou abalo violento e repentino na estrutura sócio-econômica, vindo apenas favorecer e apressar as transformações pelas quais estava passando essa estrutura; e facilitar a ascensão dos homens de média condição social, os mais afeitos aos tipos de iniciativa próprios da renovação em marcha (Dantas, 1949: 17-18; Baleeiro, 1952: 96).

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA MELLO, Américo Brasiliense de. *Os Programas dos Partidos e o 2.º Império*. São Paulo, 1878.
- BALEEIRO, Aliomar. *Rui, um Estadista no Ministério da Fazenda*. Rio de Janeiro, 1952.
- BARBOSA, Rui. *Elogios Acadêmicos e Orações de Paraninfo*. Rio de Janeiro, 1924.
- BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República, I*. São Paulo, 2.ª ed., 1962.
- DANTAS, Santiago. *Dois Momentos de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro, 1949.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, 1959, 2.ª ed.
- MATOS, Odilon Nogueira de. Manifesto Republicano. *Notícia Bibliográfica e Histórica*, ano II, (16) : 2. São Paulo, set. 1970.
- SANTOS, José Maria dos. *A Política Geral do Brasil*. São Paulo, 1930.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. *A Democracia Coroada*. Rio de Janeiro, 1957.
- VIANA, Oliveira. *O Ocaso do Império*. São Paulo, 1925 (data do prefácio).
- VILLELA LUZ, Nícia. O Papel das Classes Médias no Movimento Republicano. *Revista de História*, (57) : 13-14. São Paulo, 1964.